

**FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO**

**WAGNER POMAR COELHO**

**NÍVEL DE COMPLIANCE DOS BANCOS NA DIVULGAÇÃO DAS  
INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELOS IFRS**

**RIO DE JANEIRO  
2021**

**WAGNER POMAR COELHO**

**NÍVEL DE COMPLIANCE DOS BANCOS NA DIVULGAÇÃO DAS  
INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELOS IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. M.Sc Vânia Maria da Costa Borgerth

**RIO DE JANEIRO  
2021**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca da FUCAPE

Coelho, Wagner Pomar.

Nível de compliance dos bancos na divulgação das informações requeridas pelos IFRS / Wagner Pomar Coelho. Rio de Janeiro: FUCAPE, 2021.

67p.

Dissertação – Mestrado (Ciências Contábeis).  
Inclui bibliografia.

1. Conformidade 2. Evidenciação 3. Bancos I. FUCAPE  
Pesquisa e Ensino Limitada. II. Título.

CDD – 657

**WAGNER POMAR COELHO**

**NÍVEL DE COMPLIANCE DOS BANCOS NA DIVULGAÇÃO DAS  
INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELOS IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisa, Ensino e Participações LTDA - FUCAPE RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 09 de agosto de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profº M.Sc: VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH**  
**Fucape Pesquisa e Ensino Limitada**

---

**Profº M.Sc.: FLÁVIA DE OLIVEIRA RAPOZO**  
**Fucape Pesquisa e Ensino Limitada**

---

**Profº Dr.: SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA BASTOS**  
**Fucape Pesquisa e Ensino Limitada**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Ester e Pedro, pela educação e pelo amor que me deram durante toda a minha vida, e aos meus irmãos, Flavia e Felipe que sempre torceram por mim, tanto na minha carreira profissional quando na acadêmica.

Aos colegas do curso, em especial a aluna Letícia, com os quais pude conviver e trocar experiências positivas que só agregaram para eu chegar a esse momento.

Ao meu amigo e professor de inglês Fabiano pelas aulas enriquecedoras que foram essenciais na minha aprovação no Exame de Proficiência.

Ao meu ex-chefe Leopoldo que me incentivou e não mediu esforços para que eu pudesse realizar o curso de Mestrado.

Aos professores da FUCAPE que contribuíram de forma exemplar, transmitindo todo o conhecimento necessário durante o curso.

Por fim, não poderia deixar de mencionar a minha orientadora, professora Vânia Borgerth, que desde o início acreditou em mim e nunca deixou de me apoiar nessa empreitada. Eternamente grato pela parceria e pela excelência nessa pesquisa.

“O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar, a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.”

(Mia Couto)

## RESUMO

A estrutura de modelo de negócios tão diferenciada dos demais segmentos faz com que grande parte das pesquisas acadêmicas excluam o setor financeiro a fim de evitar vieses em suas conclusões. No Brasil, isso se tornou mais latente após a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade, onde a estrutura de demonstrações societárias conhecida pelo mercado e acadêmicos está ainda mais distante da requerida pelo Banco Central, o COSIF. A fim de verificar se os bancos de capital aberto utilizam a mesma diligência em ambos os reportes, IFRS e COSIF, essa pesquisa teve o objetivo de identificar as características desse segmento, como potenciais fatores influenciadores na conformidade com a divulgação requerida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para consecução desse objetivo, foi utilizado um *checklist* com 66 itens de evidenciação obrigatória em 12 CPC, a partir do exame das demonstrações financeiras, no padrão IFRS, relativas aos exercícios de 2010 a 2020 de 26 bancos listados na B3. Utilizando o método estatístico de regressão, os resultados mostraram que dentre as características estudadas, tamanho, rentabilidade, alavancagem financeira, listagem internacional e governança corporativa, a alavancagem é a que mais exerce influência nos níveis de *compliance* com a divulgação requerida, indicando que os bancos listados na B3 com maior nível de endividamento estão mais atentos ao cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade. Espera-se que o presente estudo seja fonte de entendimento e discussão sobre o comportamento das características dos bancos de capital aberto no cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade, cujo processo de convergência, no Brasil, ocorreu de forma diferenciada para o setor bancário.

**Palavras-chave:** Conformidade; evidenciação; bancos.

## **ABSTRACT**

The business model structure so differentiated from other segments makes a large part of academic researches exclude the financial sector in order to avoid bias in its conclusions. In Brazil, this became more latent after the convergence of International Accounting Standards, where the structure of corporate statements known by the market and academics is even more distant from that required by the Central Bank, COSIF. In order to verify whether publicly traded banks use the same diligence in both IFRS and COSIF reports, this research aimed to identify the characteristics of this segment, as potential influencing factors in compliance with the disclosure required by the Accounting Pronouncements Committee. To achieve this objective, a checklist with 66 mandatory disclosure items in 12 CPC was used, based on the examination of the financial statements, in the IFRS standard, for the years 2010 to 2020 of 26 banks listed in B3. Using the statistical regression method, the results showed that among the studied characteristics, size, profitability, financial leverage, international listing and corporate governance, leverage is the one that most influences the levels of compliance with the required disclosure, indicating that banks listed in B3 with the highest level of indebtedness are more attentive to compliance with International Accounting Standards. It is expected that this study is a source of understanding and discussion on the behavior of the characteristics of publicly traded banks in compliance with International Accounting Standards, whose convergence process, in Brazil, occurred in a different way for the banking sector.

**Keywords:** Conformity; disclosure; banks.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Recepção dos CPC pelo Banco Central .....	22
Figura 2 - Bancos listados na B3 .....	33
Figura 3 - Descrição das variáveis .....	37
Figura 4 - Desdobramento da variável “nível de <i>compliance</i> ” .....	39
Figura 5 - Estimação final das hipóteses .....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tratamento dos dados .....	33
Tabela 2 - Divulgação de itens por CPC .....	40
Tabela 3 - Estatística descritiva .....	43
Tabela 4 - Painel do teste de média .....	44
Tabela 5 - Matriz de correlação .....	46
Tabela 6 - Painéis de resultados OLS .....	48
Tabela 7 - Painel de resultados <i>probit</i> .....	49
Tabela 8 - Painel de resultados probit – efeito marginal médio .....	50

## LISTA DE SIGLAS

ADR - *American Depositary Receipt*

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANS - Agência Nacional de Saúde

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

BACEN - Banco Central do Brasil

BR GAAP - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CMN - Conselho Monetário Nacional

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IAS - *International Accounting Standards*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

MQO - Mínimos Quadrados Ordinários

NM – Novo Mercado

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OLS - *Ordinary Least Squares*

ROA - Retorno sobre o Ativo

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

UE - União Europeia

VIF - Fator de Inflação da Variância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 NORMAS DE CONTABILIDADE INTERNACIONAL.....	16
2.1.1 O processo de harmonização.....	16
2.1.2 O nível de conformidade .....	18
2.2 MERCADO FINANCEIRO NACIONAL .....	19
2.2.1 O ambiente regulatório.....	20
2.2.2 A adoção dos IFRS .....	21
2.3. FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	25
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>32</b>
3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS .....	32
3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	34
3.2.1 Variável dependente.....	34
3.2.2 Variáveis independentes.....	36
3.3 MODELO ECONOMETRICO .....	37
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>40</b>
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	41
4.2 TESTE DE MÉDIA .....	43
4.3 CORRELAÇÃO DE PEARSON.....	44
4.4 ANÁLISE DE REGRESSÃO .....	46
4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A – CHECK-LIST DE DIVULGAÇÃO REQUERIDA POR CPC .....</b>	<b>69</b>

## Capítulo 1

### 1 INTRODUÇÃO

As normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que formam o padrão internacional de contabilidade, introduziram mudanças na contabilização e na divulgação dos relatórios financeiros que, segundo Petre e Albu (2020), resultaram em uma maior transparência, comparabilidade e qualidade nas informações apresentadas pelas organizações. No entanto, ainda se discute até que ponto as empresas conseguem cumprir efetivamente os requisitos de divulgação desses normativos (Mnif & Znazen, 2020). A mera adesão às normas IFRS sem a fiel observância dos requisitos de divulgação compromete a sua eficácia, ou seja, o alcance do cumprimento dos regulamentos é tão relevante como os próprios normativos (Hodgdon, Tondkar, Harless, & Adhikari, 2008).

Sob essa perspectiva, diversos estudos buscaram analisar essa não conformidade. De uma forma geral, tais estudos se detiveram ao contexto de empresa não financeira, excluindo os bancos, devido às particularidades de registro contábil das operações do setor (Marques, 2018). Desde 2010, no entanto, as empresas bancárias passaram a adotar nas suas demonstrações financeiras, o padrão IFRS, além do padrão Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) que já utilizavam (Sousa, 2017).

No cenário brasileiro, Daneberg e Decourt (2021) destacaram que o Banco Central foi a primeira instituição reguladora a tomar a decisão de adesão às normas IFRS. Em março de 2006, o regulador financeiro publicou o Comunicado BACEN nº 14.259/2006 obrigando as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado brasileiro a apresentarem suas demonstrações consolidadas no modelo IFRS, a partir

de 2010. Ponte, Luca, Oliveira e Aquino (2013) afirmaram que tal decisão foi acompanhada pela Comissão de Valores Mobiliários, em julho de 2007, com a edição da Instrução CVM nº 457/2007, que estendeu tal requerimento para as empresas de capital aberto.

Sousa (2017), porém, apontou que o Banco Central não recepcionou todos os Pronunciamentos do CPC. O efeito de tal decisão é que, em termos de regulação, o padrão COSIF do BACEN prevalece sobre àquele (Daneberg & Decourt, 2021), não permitindo que as instituições financeiras adotem o IFRS como padrão principal nas suas demonstrações financeiras. Em linha, Ferreira (2016) enfatizou que o BACEN exige dos bancos brasileiros a divulgação de suas demonstrações consolidadas com base no padrão IFRS apenas para arquivamento no sítio desse regulador.

Nesse cenário, a coexistência dos dois padrões, com predominância do padrão COSIF (Cunha, Dantas, & Medeiros, 2016), estaria levando os bancos listados na B3 a entenderem a divulgação das demonstrações financeiras no padrão IFRS como um processo de menor importância, sendo pouco diligentes em apresentar todos os elementos de divulgação requeridos. Entretanto, por serem instituições financeiras além de sociedades de capital aberto, eles devem observar o mesmo rigor na elaboração e evidenciação de suas demonstrações financeiras, tanto para atender ao BACEN (padrão COSIF), quanto para atender à CVM (padrão IFRS), segundo Alves e Macedo (2020).

Diante de tal contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: o que determina a decisão de bancos de capital aberto quanto à divulgação de suas demonstrações financeiras seguindo o padrão internacional IFRS? Tendo em mente tal problema, o objetivo deste estudo foi verificar quais características dos bancos influenciam o nível

de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS. Justificou-se o trabalho pela possibilidade de analisar o efeito, ao longo dos anos, desses fatores no cumprimento das normas IFRS, uma vez que no segmento bancário essa adesão se deu de forma parcial e mais demorada (Rutschka, 2019).

Pesquisas anteriores nas literaturas nacional e internacional analisaram a influência de fatores tendo como base empresas não financeiras sobre o nível de divulgação evidenciado nos relatórios contábeis e nas notas explicativas, onde algumas hipóteses foram testadas. A conformidade com os IFRS em mercados emergentes está associada a fatores como alavancagem financeira (Samaha & Khilf, 2016) e rentabilidade (Machado, 2020). Ponte et al. (2013) perceberam haver uma ligação entre o nível de *disclosure* obrigatório e a adesão pelas empresas aos segmentos especiais de governança corporativa da B3, conferindo-as elevado comprometimento com a prestação de informações confiáveis. Klann, Popik, Kreuzberg e Salla (2014) ressaltaram que as firmas listadas internacionalmente, que têm um grau de exigência e qualidade da informação maiores, também são mais estimuladas a evidenciar as suas informações aos usuários. Palmer (2008) entende que entidades de maior porte possuem mais recursos econômicos para fazer frente às exigências de órgãos reguladores.

Para o atingimento do propósito desta pesquisa, a amostra foi formada pelos 26 bancos listados na B3, dado que estes compreendem o universo sujeito aos dois padrões de divulgação, a partir de dados secundários da Economatica®. Considerou-se o ano de vigência de cada CPC para mensurar o nível de *compliance* na divulgação das demonstrações financeiras, padrão IFRS, obtido por meio de um *check-list* com 66 itens requeridos em 12 dos 13 CPC recepcionados pelo BACEN, no período de 2010 a 2020. Ressalta-se que foi excluído dessa verificação o CPC 33 (Benefícios a

Empregados), uma vez sua vigência, 1º de janeiro de 2021, é posterior ao período analisado no presente estudo. Por fim, foram levantadas informações sobre as características como tamanho, rentabilidade, alavancagem financeira, listagem internacional e governança corporativa desses bancos e por meio do método estatístico de regressão, foi possível realizar os testes de hipóteses e associá-las com o nível de *compliance* às Normas Internacionais de Contabilidade.



## **Capítulo 2**

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **2.1 NORMAS DE CONTABILIDADE INTERNACIONAL**

Com a globalização da economia mundial, os impasses gerados pela disparidade dos relatórios contábeis usados por empresas de diferentes países vieram à tona, dificultando a uniformização, transparência e confiabilidade das informações contábeis prestadas ao mercado investidor (Samaha & Khilf, 2016). Com a finalidade de se obter soluções homogêneas, Junior, Putrick, Sepulveda e Dendasck (2018) declararam que organismos internacionais seguem mostrando a relevância de harmonizar a contabilidade num contexto mundial.

##### **2.1.1 O processo de harmonização**

A adoção generalizada das Normas Internacionais de Contabilidade tem sido um dos temas mais importantes na história da contabilidade ao longo do tempo (Junior et al., 2018). Em 2017, 116 nações haviam adotado completamente os IFRS nas suas instituições privadas e 14 tinham feito a adesão parcial (Góis, Sousa, Lima, & Malacrida, 2017). Já em 2019, 166 jurisdições em todo o mundo, incluindo as do G20, já haviam aderido ao movimento de convergência aos IFRS passando a exigir a adequação das normas das empresas nacionais, financeiras e não financeiras, listadas em seus mercados de capitais (Petre & Albu, 2020).

Para Silva, Madeira e Assis (2004), harmonização de práticas contábeis não implica em ausência de diferenças, pois que, ao harmonizar, as diferenças culturais de cada país e seus respectivos mercados são preservadas. “Harmonizar”, portanto,

implica em que, embora possam existir diferenças na letra da norma local, na essência, o efeito da aplicação de tal norma é equivalente em todas as jurisdições adotantes (Freire, Machado, Machado, Souza, & Oliveira, 2012). Essa percepção é confirmada por Weffort (2005) ao afirmar que existe uma redução das desigualdades nessas práticas ao adotar a harmonização, mas não sua total extinção, uma vez que, cada nação precisa regular a contabilidade de acordo com as suas características e as suas particularidades.

A busca por um padrão único de normas contábeis é apoiada no fundamento de que um mercado com esse modelo leva à uma melhor comparabilidade entre as informações publicadas pelas instituições, independente do país onde ela estiver sediada, conforme Leuz e Verrecchia (2000).

No Brasil, o processo de convergência para as normas internacionais teve como marco a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, que passou a preparar e divulgar pronunciamentos técnicos contábeis (CPCs) alinhados com as normas internacionais, os quais, ao serem recepcionados/adotados pelos órgãos reguladores, passaram a compor o arcabouço contábil legal das empresas por eles reguladas. As entidades reguladoras brasileiras, como Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde (ANS), e também a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vêm recepcionando/adotando os CPCs na medida em que eles são emitidos.

(Faria, Ponte, Oliveira, & Luca, 2014, p.66).

O país saiu de um estágio, com um modelo voltado para fins fiscais e que abastecia os investidores com informação mínima, e atingiu um patamar, com uma forma de exposição parecida com o das maiores potências internacionais (Rosa & Tiras, 2013). Para os autores, esse ambiente propiciou grandes renovações nos relatórios financeiros e nas práticas contábeis, pois os IFRS se pautam mais em princípios do que em regras.

Maia, Formigoni e Silva (2012) corroboram ao dizer que um grande passo para a implantação dos padrões internacionais de contabilidade no Brasil foi dado graças à edição da Lei nº 11.638/2007, que possibilitou para as empresas mudanças significativas na forma de registrar e divulgar transações nos demonstrativos financeiros e das práticas contábeis.

### **2.1.2 O nível de conformidade**

Pesquisas anteriores sobre o tema “*compliance*” contribuíram para a literatura em diversas vertentes, entre eles no âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade. Segundo Houque (2018), nos países em que há uma forte articulação e regulamentação dos padrões contábeis, a exemplo daqueles que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há um maior grau de *conformidade* aos requerimentos de divulgação do IFRS por parte das empresas.

Gunther (2011) pesquisou tal nível de conformidade aos IFRS das entidades europeias listadas em bolsa no ano de 2005 e verificou que as suas demonstrações possuíam informações inéditas para os investidores e eram de extrema importância nas suas tomadas de decisão. Já Glaum, Street e Vogel (2013) perceberam um alto nível de inconformidade com as divulgações exigidas pelo IFRS 3 (Combinações de Negócios) nas empresas europeias.

Boujelben e Fakhfakh (2020) também investigaram o grau de conformidade de uma amostra de empresas da União Europeia (UE) a respeito das divulgações obrigatórias do IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes) em dois setores específicos, a saber, telecomunicações e construção. Os resultados mostraram que

esses não atendem integralmente às divulgações obrigatórias do IFRS 15 e o grau de conformidade difere entre os dois setores investigados.

Tsalavoutas, André e Dionysiou (2014) encontraram inconformidade com as divulgações obrigatórias do IFRS 3 em alguns países da UE durante os primeiros períodos de implementação obrigatória. Particularmente, eles concluíram que o nível de *enforcement* do país afeta o nível de cumprimento. Já Devalle, Rizatto e Busso (2016) revelaram uma baixa conformidade das empresas italianas com as divulgações sobre os ativos intangíveis, conforme exigido pela IAS 38.

No Brasil, Santos, Ponte, Mapuranga e Ribeiro (2014) apontaram que alguns órgãos reguladores optaram por realizar exclusões e alterações das disposições dos CPC e esses ajustes podem ter resultado em *gaps* de conformidade em relação aos IFRS. Apesar do passo mais lento, especificamente com relação às instituições financeiras, em 2012, o Brasil já apresentava uma das maiores taxas de adesão às Normas Internacionais de Contabilidade entre instituições não financeiras.

## 2.2 MERCADO FINANCEIRO NACIONAL

As exigências legais ou a regulamentação de uma atividade econômica, como a bancária, representam um conjunto de normas elaboradas pelo Estado ou por órgãos que possuem poder para tal incumbência (Pohlmann & Alves, 2004). Assim, o Estado de Direito e os órgãos a ele vinculados podem editar normas que entendem necessárias para preservar o funcionamento das instituições.

No caso do setor bancário brasileiro, o BACEN exerce um papel essencial para o bom controle deste segmento (Niyama & Gomes, 2012), além de poder garantir

aos clientes e ao público em geral a adoção da divulgação de informações mais seguras e relevantes.

### **2.2.1 O ambiente regulatório**

Com a aparição nas últimas décadas de economias globais e com uma maior complexidade de estruturas bancárias, as atribuições da autoridade monetária central cresceram, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de regular o sistema financeiro enquanto responsável pela segurança do mesmo (Toledo, 2014).

Nesta questão está-se diante da intervenção do Estado no domínio econômico, que ocorre por meio da regulação bancária e, mais especificamente no Brasil, esta regulação é exercida pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central, com o objetivo de prevenir e mitigar riscos, mas também com o intuito de realizar a supervisão e análise de conformidade das práticas negociais.

(Miragem, 2019, p. 146).

Neste contexto Filho (2017) ressaltou o surgimento do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), com competências para a emissão de regulamentos e de forma secundária a execução de normas referenciadas, mediante ações fiscais e sanções.

O fato é que bancos são organizações essenciais em qualquer sistema financeiro e a sua atuação está submetida à legislação e regulação bastante específicas (Abreu, Ferreira, Barata, & Escária, 2007). Assim, desde o surgimento de instituições financeiras no Brasil, estas sempre se viram em constantes mudanças regulatórias, seja para minimizar perdas ou para seguir uma série de requisitos de evidenciação da informação, entre outras, as relacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (Goulart & Carvalho, 2009).

### **2.2.2 A adoção dos IFRS**

O estabelecimento de um modelo único para a divulgação de demonstrativos contábeis através das normas IFRS é visto como fundamental em prol do processo de globalização da economia e internacionalização do capital (Johnson, Wu, & Varnon, 2017). Assim, com a sua adoção obrigatória, houve uma melhoria na relevância do valor dos lucros e do número de analistas acompanhando as empresas do setor financeiro no período pós adoção, de acordo com Figueiredo (2019).

No Brasil, com a convergência às normas contábeis internacionais, percebeu-se a ampliação da participação do capital estrangeiro em empresas listadas na B3 (Silva Filho, Nossa, Brugni, & Beiruth, 2020). Isso porque a adoção dos IFRS permitiu reduzir a assimetria de informações no mercado nacional de ações, elevando a transparência e a credibilidade das informações contábeis prestadas perante o mercado investidor.

No caso específico das instituições financeiras brasileiras que utilizam um plano de contas padrão, o COSIF, cabe ao BACEN impor as normas contábeis aplicáveis a esse segmento econômico. Apesar de ter sido o primeiro regulador brasileiro a estabelecer a aplicação de normas internacionais de contabilidade, o Banco Central optou por recepcionar os CPC equivalentes aos IFRS de forma parcial (Daneberg & Decourt, 2021).

A Figura 1 mostra os 13 CPC que o BACEN recepcionou, até o momento, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Órgãos como a CVM e CFC, por outro lado, recepcionaram todos os CPC emitidos até o encerramento dessa pesquisa e outros reguladores, como a ANEEL e a SUSEP, recepcionaram 42 e 38 CPC respectivamente.

<b>CPC</b>	<b>Resolução CMN</b>	<b>Vigência</b>
01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08	01/07/2008
02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16	03/10/2016
03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08	01/09/2008
04 - Ativo Intangível	4.534/16	28/11/2016
05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09	02/07/2009
10 - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11	01/07/2011
23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11	26/08/2011
24 - Evento Subsequente	3.973/11	27/05/2011
25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09	18/12/2009
27 - Ativo Imobilizado	4.535/16	28/11/2016
33 - Benefícios a Empregados	4.877/20	01/01/2021
41 - Resultado por Ação	3.959/19	06/09/2019
46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19	02/09/2019

Figura 1: Recepção dos CPC pelo Banco Central  
Fonte: CPC (2021)

Cumprе ressaltar que as Resoluções CMN nº 3.604/08, nº 3.750/09, nº 3.973/11 e nº 3.959/19 foram substituídas pela atual Resolução CMN nº 4.818/20.

A não aprovação dos pronunciamentos emitidos pelo CPC de forma equânime entre os órgãos reguladores sujeita as instituições financeiras de capital aberto a elaboração de demonstrações contábeis distintas em vários aspectos, as quais passam a ser denominadas de Demonstração Societária (elaborada conforme padrão CPC-CVM) e Demonstração Regulatória (elaborada conforme padrão COSIF-BACEN).

(Alves & Macedo, 2020, p. 2).

O BACEN (2020) justifica seu descompasso em relação aos demais reguladores, afirmando que os novos normativos requerem uma reformulação das normas e leis até então vigentes e superação das diversas restrições, sejam elas legais, prudenciais, ou de estabilidade da norma internacional. Segundo o órgão, no Brasil, o processo de adoção dos IFRS pelas instituições financeiras está seguindo uma uniformização gradual e representa um processo de aprendizado tanto das

instituições quanto dos reguladores. No entanto, o regulador financeiro reconhece e estimula que as instituições financeiras de capital aberto, apesar de elaborar suas demonstrações contábeis pelo COSIF, mantenham igual rigor na elaboração das demonstrações em IFRS.

Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

(Resolução BACEN nº 4.818/2020).

Esta dualidade de padrões contábeis a serem observados pelos bancos brasileiros resultou em alguns estudos acadêmicos. Almeida (2010) pesquisou a aderência de 38 bancos brasileiros em relação à alteração na classificação dos ativos financeiros (IFRS 9), principalmente em termos de divulgação dos indicadores prudenciais e de rentabilidade. Enquanto que Tavares, Boente e Paulo (2013) investigaram o nível de aderência das instituições financeiras brasileiras em relação aos requisitos mínimos de divulgação atinentes à mensuração ao valor justo no período de 2010 e 2011.

Em linha, Sousa e Santos (2017) investigaram o nível de transparência das instituições bancárias frente às exigências do CPC 40 (Instrumentos Financeiros) e perceberam níveis de divulgação muito aquém dos esperados por esse normativo. Ainda no contexto do grau de *disclosure*, estudo feito por Braga, Nascimento e Santos



(2020) analisaram-se os efeitos causados pela transição do IFRS 9 nos relatórios contábeis do Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú. Segundo eles, pelo fato de as entidades passarem a registrar as perdas não mais pelo conceito de “incorridas”, mas de acordo com o risco de crédito de cada credor, conhecido como “perda esperada”, observou-se um aumento no nível de divulgação das informações requeridas pela nova norma.

Houve também pesquisas sobre o uso dos dois modelos contábeis, como a de Correa e Szuster (2013) que concentraram seus estudos em cinco bancos brasileiros analisando as informações nos padrões IFRS e BR GAAP. Os autores perceberam diferenças nos modelos dos balanços patrimoniais, nos critérios adotados para o reconhecimento das perdas para crédito de liquidação duvidosa e na evidenciação dos riscos trazidos nas notas explicativas dessas empresas, que, segundo eles, causaram efeitos ruins na clareza dessas informações aos usuários externos. Adicionalmente, Fuentes (2017) elencou alguns desafios para as instituições financeiras se adequarem às normas IFRS, como a adaptação dos sistemas de informática e a convivência nos nove normativos estudados com os processos e as atividades enraizados há anos nessas empresas.

Tais estudos preocuparam-se em avaliar os níveis de *disclosure* de informações contábeis e os seus impactos após a implantação dos IFRS no setor bancário brasileiro. No entanto, o cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatórios dessas normas depende de fatores internos às empresas, os quais correspondem a características das próprias entidades (Popova, Georgakopoulos, Sotiropoulos, & Vasileiou, 2013).

## 2.3. FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES

Segundo Samaha e Khilf (2016), diversas características corporativas têm sido usadas na literatura empírica para examinar seus efeitos sobre o grau de conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. A presente pesquisa veio complementar os estudos anteriores no sentido de examinar se as características das empresas bancárias, como tamanho, rentabilidade, alavancagem financeira, listagem internacional e governança corporativa, influenciam o nível de *compliance* no que tange às normas IFRS.

A observância destes fatores institucionais busca uma melhor compreensão sobre a empresa e seu desempenho, além de serem considerados indispensáveis no cumprimento dos IFRS, uma vez que o seu caráter principiológico (Loureço & Branco, 2015), por si só, dá margem para que mesmo empresas em pleno *compliance*, apresentem efeitos diferentes quando da utilização da norma internacional. Nesse contexto, o nível de *compliance* do presente estudo foi mensurado pelo grau de atendimento dos itens de divulgação requeridos pelos CPC a partir de *um check list* de 66 indicadores elaborado com base nessas normas.

- Tamanho e nível de *compliance*

Baseado na estrutura organizacional das entidades e partindo da inferência de que aquelas de maior porte possuem um modelo de gestão mais robusto, e, conseqüentemente, menores custos para empregar na prática da divulgação de informações Lima, Araújo e Murcia (2021) declararam que o tamanho da empresa

influencia positivamente na probabilidade de as empresas realizarem o *disclosure* das informações financeiras.

As grandes empresas têm uma exposição pública maior que as empresas menores, tendo, portanto, mais incentivo para divulgação das informações e, assim, atender aos anseios das partes interessadas. Por decorrência, grandes corporações tendem a apresentar maior assimetria de informações entre gestores e acionistas e, portanto, maiores custos de. A divulgação das informações serviria como mecanismo para atenuar o conflito entre o agente e o principal.

(Debreceeny, Gray, & Rahman, 2002, p. 385).

Outros estudos buscaram analisar a relação entre o porte da organização e o grau de divulgação das informações requerido por cada um dos pronunciamentos CPC atualmente em vigor. Grandes empresas possuem acionistas variados e ao mesmo tempo institucionais que exigem uma maior transparência e, portanto, se submetem mais às análises política e social da divulgação (Street & Gray, 2002; Archambault & Archambault, 2003; Lima, Lima, Lima, & Carvalho, 2010).

Queiroz (2020) complementou ao dizer que as organizações maiores possuem grande número de *stakeholders*, possuindo maior repercussão sobre a comunidade e estando mais expostas às lentes do Governo e do próprio mercado. Por conseguinte, essas entidades ficam mais visíveis e procuram divulgar um maior número de informações para reforçarem a sua notoriedade institucional (Burgwal & Vieira, 2014).

Assim, essa pesquisa teve como primeira hipótese a verificação de:

**H1: O tamanho dos bancos influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.**

- Rentabilidade e nível de *compliance*

Os estudos já realizados mostraram uma relação entre a rentabilidade e o nível de divulgação de informações pelas companhias. Segundo Murcia (2008) organizações mais rentáveis costumam publicar maior número de informações para provar que são melhores que a concorrência, o que poderia trazer menor custo de captação no mercado.

No que tange aos IFRS infere-se que a sua implementação pelas empresas brasileiras influenciou significativamente os indicadores de rentabilidade, de acordo com Carvalho (2019). Corroboraram tal argumento Lourenço e Branco (2015) ao declararem que, com a adoção dos IFRS, a rentabilidade foi impactada positivamente no valor referente ao resultado líquido das organizações estudadas.

Nesse contexto Guerreiro, Rodrigues e Craig (2008) argumentaram que as empresas com alta rentabilidade divulgam maior amplitude de informações, indicando ao mercado de capitais que o lucro é apurado de forma confiável. Segundo eles, altos lucros ajudam as empresas a sustentar suas posições no mercado, portanto, os investidores podem ter mais confiança na sobrevivência de uma empresa.

Organizações com mais lucro podem estar fortemente interessadas em conferir credibilidade às informações financeiras divulgadas e elas podem conseguir isso adotando o padrão internacional de contabilidade, portanto, ao cumprirem tais regulamentos, os administradores de empresas lucrativas desejam sinalizar aos investidores maior transparência das suas informações (Samaha & Khilf, 2016). Ou seja, as empresas mais rentáveis são mais propensas cumprir as normas IFRS do que as menos rentáveis (Juhmani, 2017).

Assim, essa pesquisa teve como segunda hipótese a verificação de:

**H2: A rentabilidade dos bancos influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.**

- Alavancagem e nível de *compliance*

Empresas com dívidas são cobradas por seus credores para ampliar a divulgação e o monitoramento, ainda mais se estiverem buscando espaço no mercado internacional (Lima, Lima, Lima, & Carvalho, 2010).

De acordo com Albanez e Valle (2009) empresas em diferentes níveis de alavancagem têm diferentes graus de sensibilidade às mudanças. Para eles, o grau de alavancagem e o valor da empresa sugerem que o nível de conformidade dentro de uma empresa apresenta um efeito diferente mesmo em empresas de um mesmo setor.

Percebe-se dessa maneira que os gestores de empresas alavancadas estão dispostas a evidenciar melhor as suas informações, visando agradar aos credores e também para eliminar qualquer irregularidade em transações com partes relacionadas (Murcia, 2008).

Outro ponto é que que empresas altamente alavancadas cumprem com as Normas Internacionais de Contabilidade para fornecer a seus credores maior qualidade de informação e sinalizar a eles sua capacidade de saldarem as suas dívidas de curto e longo prazo, conforme Samaha e Khilf (2016).

Assim, essa pesquisa teve como terceira hipótese a verificação de:

- **H3: A alavancagem financeira dos bancos influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.**

- Listagem internacional e nível de *compliance*

Segundo Wang e Claiborne (2008), a listagem de uma empresa em mercado estrangeiro incentiva a divulgação de informação transparente, uma vez que ela assume compromissos de divulgar mais para reduzir a assimetria de informação entre os investidores, sejam eles do próprio país ou internacionais (Aly, Simon, & Hussainey, 2010).

Nesse contexto, a listagem de uma organização brasileira em uma bolsa de valores internacional está relacionada a uma maior visibilidade, principalmente se ela estiver listada em uma bolsa de valores norte-americana, maior mercado financeiro do continente americano e do mundo (Nabarro, 2016).

Para Santos (2014) uma melhor divulgação dos balanços contábeis mostra que empresas brasileiras listadas internacionalmente em mais de uma bolsa de valores possuem expertise com as demandas contábeis e com as questões culturais de outros países, ampliando seu nível de conformidade com a divulgação exigida pelas Normas Internacionais de Contabilidade.

Diante desse cenário, a necessidade de crescente e irreversível internacionalização das empresas também resultou na busca por um padrão único de normas contábeis, o que fez com que muitos países aderissem ao processo de convergência para o padrão IFRS (Nabarro, 2016). O autor justifica essa necessidade elencando o objetivo de parametrizar resultados divulgados pelas empresas, mesmo atuando em diferentes mercados de capitais.

Assim, essa pesquisa teve como quarta hipótese a verificação de:

**H4: A listagem internacional dos bancos influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.**

- Governança corporativa e nível de *compliance*

A relação entre o alto grau de governança corporativa e a maior conformidade com o *disclosure* das Normas Internacionais de Contabilidade foi comprovada em diversos estudos. Yorsa e Hela (2020) mostraram que mecanismos de governança corporativa desempenham um papel importante no aumento o nível de cumprimento com os itens de divulgação obrigatória dos IFRS em 12 países africanos no período de 2012-2016.

Em linha, Oumaima (2020) investigou o efeito das características de dois mecanismos de governança corporativa, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, sobre o nível de conformidade com o IFRS 7 em 63 instituições financeiras canadenses listadas na Bolsa de Valores de Toronto durante o período de 2014-2016. Nesse estudo ficou evidenciado um nível médio de conformidade com os requisitos do IFRS 7 de cerca de 77% impactados positivamente por esses dois mecanismos de governança.

Verriest, Gaereminck e Thornton (2013) perceberam que, na adoção dos IFRS na União Europeia, as organizações com altos níveis de governança corporativa foram mais atentas aos requerimentos dessas normas, divulgando não só informações obrigatórias como também voluntárias. Em relação às empresas brasileiras, Lourenço e Branco (2015) identificaram que o impacto da adesão às normas IFRS na divulgação da informação contábil foi favorável em relação ao valor relevante do resultado líquido,

mas somente para as firmas com maiores níveis de governança corporativa da B3. Observou-se, após a implantação das normas internacionais, um aumento no nível de transparência contábil das entidades com níveis superiores de governança corporativa da Bolsa do que as firmas com níveis inferiores de governança corporativa (Sampaio, Gallucci, Silva, & Schiozer, 2020).

Assim, essa pesquisa teve como quinta hipótese a verificação de:

**H5: A classificação dos bancos nos segmentos especiais de governança corporativa da B3 influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.**



## Capítulo 3

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para analisar o nível de conformidade dos bancos brasileiros às normas IFRS e verificar quais fatores influenciaram a efetividade deste nível, foi empregado um estudo de natureza descritiva, documental e com abordagem quantitativa.

#### 3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A amostra da pesquisa considerou 26 (vinte e seis) bancos listados na B3. Os dados necessários para a avaliação do nível de conformidade foram coletados nas Notas Explicativas, entre o período longitudinal de 2010 a 2020, disponibilizadas no sítio eletrônico da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e verificadas por meio da técnica de análise de conteúdo, enquanto as informações referentes às características e dados contábeis das empresas foram obtidas diretamente no sistema Economatica®.

Os dados foram tratados no *software* Stata® usando a técnica de regressão múltipla em painel. Ressalva-se que a técnica estatística de dados em painel é considerada a mais apropriada para o atingimento do objetivo da presente pesquisa, dado que ela possibilita a análise de várias informações ao longo do tempo, e não somente em um determinado momento, ou seja, a observação de  $n$  empresas para dois ou mais períodos de tempo, conforme Fávero, Belfiore, Takamatsu e Suzart (2014). As medidas de forma e dispersão das variáveis foram analisadas por meio da estatística descritiva, em que não foi preciso utilizar a técnica de winsorização.

A Figura 2 apresenta a listagem das instituições listadas na B3 no setor de atuação financeira do segmento de bancos estudadas nesta pesquisa:

Razão Social	Nome de Pregão	Segmento de Governança corporativa
ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING	
BANCO BMG S.A.	BANCO BMG	N1
BANCO INTER S.A.	BANCO INTER	N2
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES	
BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	N2
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	
BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	
BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	N1
BCO BRASIL S.A.	BRASIL	NM
BCO BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO	N2
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	BANESE	
BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	N1
BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST	
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL	N1
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	
BCO PAN S.A.	BANCO PAN	N1
BCO PINE S.A.	PINE	N2
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	
BCO SOFISA S.A.	SOFISABM	
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	BRB BANCO	
CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) S.A.	CCBBM	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	N1
ITAUSA S.A.	ITAUSA	N1
PARANA BCO S.A.	PARANA	

Figura 2: Bancos listados na B3

Fonte: B3 (2021)

A Tabela 1 indica a estratégia de tratamento da base de dados. Após excluir os *missing values*, a quantidade de observações finais foram de 189, considerando 26 bancos da base final.

**TABELA 1: TRATAMENTO DOS DADOS**

Definição	Quantidade
Observações Iniciais	286
Valores Faltantes	(97)
Observações Finais	189

Fonte: Dados da pesquisa

## 3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A fundamentação das variáveis da pesquisa e a sua relação com o modelo econométrico são apresentadas na sequência.

### 3.2.1 Variável dependente

No contexto do presente estudo, para mensurar o nível de *compliance* das instituições financeiras às normas IFRS (variável dependente), foi empregado uma adaptação de *check-list* do estudo de Maia et al. (2012), conforme Apêndice A. Os autores desenvolveram uma lista baseada nas informações de evidenciação obrigatória dos CPC e das orientações técnicas requeridos simultaneamente pelo BACEN e pela CVM. Em seguida calculou-se o índice de Nível de Evidenciação Obrigatório para avaliar se esse índice era de alguma forma impactado pelo porte das empresas de auditoria.

A construção do *check list* da presente pesquisa, conforme Apêndice A, considerou 66 itens requeridos em 12 dos 13 CPC recepcionados pelo BACEN. O número de itens por CPC variou de acordo com o que cada norma exige de divulgação obrigatória nas demonstrações contábeis. Ressalta-se que foi excluído dessa verificação o CPC 33 (Benefícios a Empregados), uma vez sua vigência, 1º de janeiro de 2021, é posterior ao período analisado no presente estudo.

Como os CPC recepcionados pelo BACEN foram adotados de forma gradativa ao longo dos anos, a análise do efeito das características dos bancos estudados sobre o nível de *compliance* levou em consideração a diferença temporal entre a adoção de um determinado CPC pelo mercado em geral e sua adoção parcial pelo órgão

regulador bancário. Para isso, a variável dependente deste estudo foi desenhada de forma que a falta de determinado item do *check-list* nas demonstrações contábeis dos bancos não penalizasse o cumprimento dessas empresas, conforme explanado no modelo econométrico a seguir.

Ao aplicar o *check list* nos 26 bancos da amostra, foi atribuído o valor 1 para cada item divulgado, de acordo com o que é requerido por cada um dos 12 (doze) CPC estudados, e 0 caso contrário. Em seguida, dividiu-se o resultado pelo número de itens previstos em cada norma, conforme Street e Gray (2002), Daske e Gebhardt (2006), Daske, Hail, Leuz e Verdi (2013), Hodgdon et al. (2008) e Verriest, Gaeremincx e Thornton (2013), refletindo dessa maneira, o nível de *compliance* de cada banco. A equação (1) formaliza tal métrica:

$$\text{Nível de Compliance} = \frac{\sum_{i=1}^m di}{\sum_{i=1}^n d} \quad (1)$$

Nos quais  $d = 1$  se o item  $di$  é divulgado, 0 se o item  $di$  não é divulgado;  $m$  = quantidade de itens cumpridos;  $d$  = número esperado de itens de evidenciação;  $n$  = número total de itens do *check-list*. Nesse índice é apresentado o total dos itens divulgados, por cada instituição financeira, no conjunto de itens requeridos pelos CPC.

Diante disso, a variável “nível de *compliance*” foi definida de três maneiras: (i) por *dummy*, considerando 1 para os bancos que cumpriram mais de 75% dos itens requeridos nos 12 (doze) CPC analisados; (ii) por quartil (q), agrupando as taxas percentuais de conformidade em q1 (0% a 25%), q2 (25% a 50%), q3 (50% a 75%) e q4 (75% a 100%); e (iii) por índice percentual de 0% a 100%, refletindo os itens divulgados.

### 3.2.2 Variáveis independentes

A primeira variável independente é o tamanho do banco que foi estimado por meio do logaritmo natural do ativo total que segundo, conforme estudos prévios, é uma das melhores formas de estimar o tamanho da empresa. A segunda variável independente é a rentabilidade da empresa que foi estimada por meio do indicador ROA – Retorno sobre o Ativo, obtido pela divisão do lucro operacional sobre o ativo total. A terceira variável independente é a alavancagem financeira da empresa, que foi estimada por meio da divisão entre a dívida de longo prazo e o ativo total da mesma. A quarta variável independente é a internacionalização da empresa que foi estimada, segundo Maia et al. (2012), por meio da emissão ou não do ADR, sendo adotado que: se o banco emitiu ADR a variável assume 1 e caso não tenha emitido ADR assume 0, sendo então uma variável dicotômica. A quinta variável independente é a governança corporativa que identificou o efeito da governança corporativa dos bancos classificados nos segmentos especiais (Novo Mercado, N1 e N2) sobre os níveis de *compliance*. Por último, usou-se a *dummy* de “tempo” que assumiu valor 1 (um) para o primeiro ano de adoção do IFRS e 0 (zero) para os anos seguintes. Essa variável visa perceber o avanço das instituições financeiras quanto ao cumprimento dos requisitos de divulgação requeridos às primeiras DF após data de aplicação do respectivo IFRS. Passado o primeiro ano de aplicação de uma nova norma, é relevante perceber de que forma as empresas cumprem os requisitos previstos na norma (Oliveira, 2020).

A Figura 3 traz a descrição das variáveis supracitadas.

Variável	Tipo	Especificação	Referência	Fonte de dados	Sinais
Nível de compliance	Dependente	<i>Dummy</i> , quartil e índices percentuais	Maia et al. (2012)	CVM	
Tamanho	Independente	Ln (Ativo Total <sub>it</sub> )	Riva (2013)	Econômica	+
ROA (Retorno sobre o Ativo)	Independente	$\frac{\text{Lucro Operacional}_{it}}{\text{Ativo Total}_{it}}$	Lourenço e Branco (2015)	Econômica	+
Alavancagem	Independente	$\frac{\text{Dívidas de Longo Prazo}_{it}}{\text{Ativo Total}_{it}}$	Santos et al. (2014).	Econômica	+
ADR (Listagem internacional)	Independente	Variável <i>Dummy</i> que assume valor 1 para empresa listada em ADR e 0 caso contrário	Street e Gray (2002; Maia et al. (2012); Santos et al. (2014)	Econômica	+
GOV (Governança Corporativa)	Independente	Variável <i>Dummy</i> que assume valor 1 se a empresa estiver listada nos segmentos NM, N1 e N2 senão, 0 (zero) nos demais casos	Maia et al. (2012); Santos et al. (2014).	Econômica	+

Figura 3: Descrição das variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos citados.

### 3.3 MODELO ECONOMETRICO

Para testar as hipóteses preditas foram empregados os métodos estatísticos de regressão: (i) Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) ou OLS (*Ordinary Least Squares*), (ii) *probit*, (iii) efeito marginal médio, por serem mais apropriados na averiguação proposta. Para analisar quais fatores institucionais das entidades financeiras listadas na B3 que determinam a efetividade do nível de *compliance* foram desenvolvidos dois modelos descritos respectivamente nas equações 2 e 3:

*Nível de Compliance*<sub>it</sub>

$$= \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 Alavancagem_{it} + \beta_4 ADR_{it} + \beta_5 GOV_{it} + \epsilon_{it} \quad (2)$$

Onde  $\Delta_t$  representa um vetor de dummy de tempo, que em termos econométricos, serve para controlar os efeitos do tempo e  $\varepsilon$  representa o erro estocástico do modelo.

$$\begin{aligned}
 P(\text{Nível de Compliance}_{it} > 3^{\text{o}} \text{ Quartil} \mid X_{it}) \\
 = \beta_0 + \beta_1 \text{TAMANHO}_{it} + \beta_2 \text{ROA}_{it} + \beta_3 \text{Alavancagem}_{it} + \beta_4 \text{ADR}_{it} \\
 + \beta_5 \text{GOV}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)
 \end{aligned}$$

O primeiro modelo descrito na equação (2) apresenta o nível de *compliance* das instituições financeiras como variável a ser explicada. O modelo descrito na equação (3) foi estimado via regressão *probit*, com variável dependente que assume valor 1 para níveis de *compliance* maiores que o 3º quartil da distribuição desta respectiva variável. A segunda formulação econométrica foi proposta como uma checagem da robustez dos resultados. Para que as hipóteses deste trabalho não sejam rejeitadas, esperam-se os seguintes resultados dos coeficientes estimados:

$$\hat{\beta}_1 > 0; \hat{\beta}_2 > 0; \hat{\beta}_3 > 0; \hat{\beta}_4 > 0; \hat{\beta}_5 > 0.$$

Por fim, com base na vigência de cada CPC implementado para as instituições financeiras e como forma de agrupar a variável “nível de *compliance*” por ano de adoção, ela foi desmembrada em outras quatro, conforme Figura 4 a seguir. Assim, a análise das variáveis independentes que influenciam a efetividade do nível de *compliance* foi realizada pelas equações de (4) a (7):

Variável Dependente	CPC de análise	Período de análise das Demonstrações Financeiras
Nível de <i>Compliance</i> A	01, 03, 05 e 25	2010 a 2020
Nível de <i>Compliance</i> B	10, 23 e 24	2012 a 2020
Nível de <i>Compliance</i> C	02, 04 e 27	2017 a 2020
Nível de <i>Compliance</i> D	41 e 46	2020

Figura 4: Desdobramento da variável “nível de *compliance*”  
 Fonte: Elaborado pelo autor

*Nível de Compliance*<sub>it</sub>A

$$= \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 Alavancagem_{it} + \beta_4 ADR_{it} + \beta_5 GOV_{it} + \alpha_t + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

*Nível de Compliance*<sub>it</sub>B

$$= \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 Alavancagem_{it} + \beta_4 ADR_{it} + \beta_5 GOV_{it} + \alpha_t + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

*Nível de Compliance*<sub>it</sub>C

$$= \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 Alavancagem_{it} + \beta_4 ADR_{it} + \beta_5 GOV_{it} + \alpha_t + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

*Nível de Compliance*<sub>it</sub>D

$$= \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 Alavancagem_{it} + \beta_4 ADR_{it} + \beta_5 GOV_{it} + \varepsilon_{it} \quad (7)$$



## Capítulo 4

### 4 ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 2 elenca o percentual de itens atendidos por CPC após a análise das Demonstrações Financeiras do período de 2010 a 2020, onde se pode perceber uma grande amplitude em relação ao nível de *compliance* para os itens divulgação requerida e uma média geral no nível de *compliance* de apenas 32%. Cabe destacar que o CPC 33 (Benefícios a Empregados) foi excluído da análise, uma vez que sua vigência é posterior ao período analisado.

**TABELA 2: DIVULGAÇÃO DE ITENS POR CPC**

<b>CPC</b>	<b>% médio</b>
01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	34%
02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	46%
03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	66%
04 - Ativo Intangível	32%
05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	51%
10 - Pagamento Baseado em Ações	13%
23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	6%
24 - Evento Subsequente	52%
25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	42%
27 - Ativo Imobilizado	32%
41 - Resultado por Ação	28%
46 - Mensuração do Valor Justo	33%
<b>Total</b>	<b>32%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que o escopo da presente pesquisa é verificar se o nível de *compliance* dos bancos de capital aberto é influenciado pelas características:

tamanho, alavancagem, rentabilidade, listagem internacional e nível de governança corporativa. A investigação sobre possíveis fatos que justifiquem a não conformidade apresenta-se como sugestão para futuras pesquisas sobre o tema.

#### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 3 discorre sobre a análise descritiva das variáveis utilizadas no modelo. Para o nível de *compliance* A (CPC 01, 03, 05 e 25), a média foi de aproximadamente 11 itens checados de um total de 27 itens requeridos, o que correspondeu a aproximadamente 40% de atendimento aos itens requeridos por esses CPC. Para o nível de *compliance* B (CPC 10, 23 e 24), a média foi de 3 de um total de 18 itens requeridos, o que equivale a aproximadamente 17% de conformidade. Para o nível de *compliance* C (CPC 02, 04 e 27), a média foi de 5,4 de um total de 15 itens obrigatórios, ou seja, aproximadamente 36% de evidenciação e o nível de *compliance* D (CPC 41 e 46), a média ficou em torno 2 de um total de 6 itens requeridos, correspondente a quase 33% dos itens evidenciados. No geral, os resultados encontrados indicam que, em média, cerca de 32% dos itens possíveis são atendidos pelos bancos brasileiros.

Ademais, as variáveis *dummy* dos níveis de *compliance* A (CPC 01, 03, 05 e 25), B (CPC 10, 23 e 24), C (CPC 02, 04 e 27) e D (CPC 41 e 46) apontam que, em média, 20%, 20%, 30% e 20%, respectivamente, da amostra está no quartil superior de pontuação de *compliance*. Nesse sentido, percebeu-se que mais da metade dos bancos analisados estão fora do quartil superior de nível de *compliance* e cumprem menos de 40% dos itens de divulgação nível de *compliance* A, menos de 17% do nível

de *compliance* B, menos de 36% do nível de *compliance* C e menos de 33% do nível de *compliance* D.

Verificou-se que a variável “tamanho” apresentou uma distribuição simétrica entre a média (25,6) e a mediana (25,0), evidenciando um desvio padrão mínimo de 2,2 em relação aos demais resultados tabulados para esta variável. Assim, percebeu-se que os bancos da amostra foram distribuídos de maneira uniforme em relação ao porte. A mesma conclusão pode ser aplicada à variável “alavancagem”, dado a distribuição simétrica entre a média e a mediana que apresentaram resultados iguais.

Já a variável “ROA” apresentou média inferior à mediana (0%), estando mais distante do 3º quartil que do 1º quartil, indicando que bancos abaixo do 3º quartil apresentaram o indicador ROA negativo nos períodos-bases.

A variável “ADR” foi encontrada em torno de 10% das instituições financeiras da amostra no período proposto, ou seja, 90% desses bancos não possuem ações listadas em uma bolsa de valores internacional. Ao mesmo tempo, 50% da amostra está classificada nos níveis de governança especiais da B3 (Novo Mercado, N1 e N2), onde o nível requerido de informações divulgadas é maior. Isso sugere que a metade das instituições bancárias busca sinalizar para o mercado que possuem boas práticas de governança corporativa

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 3 apresenta o número de observações, média, desvio padrão, mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil e máximo para as variáveis: *compliance* (*dummy*) assume 1 o banco que está no quartil superior de pontuação de *compliance* e 0 zero para os demais bancos; Tamanho que representa o porte dos bancos; ROA (Retorno sobre o Ativo Total); Alavancagem financeira; ADR (*dummy*) que assume valor 1 para empresa listada internacionalmente e 0 caso contrário e Governança (*dummy*) que assume valor 1 se a empresa estiver listada nos segmentos NM, N1 e N2 = 1 senão 0 nos demais casos, todas construídas conforme Figura 3.

Variáveis	Obs.	Média	SD	Min	25%	Med	75%	Max
Compl. A	189	10,9	5,3	0	7	11	14	22
Compl. B	154	3,0	2,5	0	1	3	5	10
Compl. C	82	5,4	4,5	0	0	7	10	11
Compl. D	23	1,8	2,3	0	0	0	4	6
Dummy Compl. A	189	0,2	0,4	0	0	0	0	1
Dummy Compl. B	154	0,2	0,4	0	0	0	0	1
Dummy Compl. C	82	0,3	0,4	0	0	0	1	1
Dummy Compl. D	23	0,2	0,4	0	0	0	0	1
% Compl. A	189	0,40	0,20	0	0,26	0,41	0,52	0,82
% Compl. B	154	0,17	0,14	0	0,06	0,17	0,28	0,56
% Compl. C	82	0,36	0,30	0	0	0,47	0,67	0,73
% Compl. D	23	0,33	0,39	0	0	0	0,67	1
Tamanho	189	25,6	2,2	19,8	24,1	25,0	26,7	29,9
ROA	189	-0,003	0,014	-0,11	0,001	0,000	0,000	0,008
Alavancagem	189	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,3	0,5
D. ADR	189	0,1	0,3	0	0	0	0	1
D. Governança	189	0,5	0,5	0	0	0	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

## 4.2 TESTE DE MÉDIA

A Tabela 4 mostra os resultados do teste de média para os níveis de *compliance* A, B, C e D, considerando as variáveis qualitativas de “governança corporativa” e “ADR”. Os resultados encontrados confirmam os testes da regressão apresentados na próxima seção, indicando que os bancos que emitem ADR têm, em média, maior nível de *compliance* do que aqueles que não emitem, em todos os níveis de *compliance*. Para a variável “governança corporativa”, a média do nível de

*compliance* é maior para os indicadores A, C e D, enquanto a diferença para os grupos não é estatisticamente significativa para o nível de *compliance* B.

**TABELA 4: PAINEL DO TESTE DE MÉDIA**

Teste Média - ADR					
Variável	Grupo	Obs.	Média	Diferença	p-valor
Nível de <i>compliance</i> A	0	165	10,07	6,08	0,0000***
	1	24	16,16		
Nível de <i>compliance</i> B	0	134	2,9	3,37	0,0000***
	1	20	6,3		
Nível de <i>compliance</i> C	0	70	7,05	2,02	0,047**
	1	12	9,08		
Nível de <i>compliance</i> D	0	19	2,4	3,56	0,0039***
	1	4	6		
Teste Média - Governança					
Variável	Grupo	Obs.	Média	Diferença	p-valor
Nível de <i>compliance</i> A	0	103	9,84	2,21	0,0037***
	1	86	12,05		
Nível de <i>compliance</i> B	0	84	3,09	0,59	0,1453
	1	70	3,068		
Nível de <i>compliance</i> C	0	44	6,27	2,33	0,0010***
	1	38	8,6		
Nível de <i>compliance</i> D	0	12	1,33	3,57	0,0000***
	1	11	4,9		

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*\*\*, \*\* e \* indicam que a correlação é significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

### 4.3 CORRELAÇÃO DE PEARSON

A matriz de correlação da Tabela 5 indica a força da correlação de *Pearson* entre as variáveis, duas a duas, e os seus resultados variam de acordo com o nível de *compliance* analisado. O teste de Fator de Inflação da Variância (VIF), segundo Biaggi, Medvid e Assis (2017), mede o grau em que cada variável independente é

explicada pelas demais variáveis também independentes e aponta se há a ocorrência de multicolinearidade entre elas.

Os resultados da Tabela 5 sinalizaram que as variáveis “ADR”, “governança” e “tamanho” estão relacionadas significativamente com o nível de *compliance* A, com 99% de confiança, indicando haver associação positiva entre essas variáveis, enquanto não foi constatada correlação com “alavancagem” e “ROA”.

Os resultados também apontaram que as variáveis “ADR” e “tamanho” estão associadas significativamente com o nível de *compliance* B, com 99% de confiança, indicando a correlação positiva entre as variáveis.

Ainda, os resultados sinalizaram que as variáveis “alavancagem” e “ROA” estão relacionadas significativamente com os níveis de *compliance* C e D, com 95% e 99% de confiança, respectivamente, porém com correlações negativas. Todos esses níveis de significância encontrados, apontam que as variáveis independentes são boas regressoras para a explicação dos níveis de *compliance*.

Assim, com base nos valores da Tabela 5, onde praticamente as correlações estiveram dentro do intervalo de moderação de -0,70 a 0,70 (Hair, Babin, Money, & Samouel, 2005) e nos valores do VIF médio das Tabelas 6 e 7 que também estiveram dentro do limite aceitável de 1 a 10 (Corrar, Paulo, & Filho, 2007), não houve indícios no modelo da ocorrência de multicolinearidade.

TABELA 5: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Compli. A (1)	1							
Compli. B (2)	0.50***	1						
Compli. C (3)	0.22***	0.30***	1					
Compli. D (4)	0.21***	0.23***	0.76***	1				
D. Govern. (5)	0.21***	0.06	0.07	0.15**	1			
D. ADR (6)	0.38***	0.34***	-0.07	0.02	0.41***	1		
Tamanho (7)	0.39***	0.29***	0.10	0.08	0.43***	0.59***	1	
Alavanc. (8)	0.006	-0.06	-0.15**	-0.16**	-0.38***	-0.21***	-0.58***	1
ROA (9)	0.08	-0.08	-0.20***	-0.23***	0.13*	0.03	0.17	-0.11

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*\*\*, \*\* e \* indicam que a correlação é significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

#### 4.4 ANÁLISE DE REGRESSÃO

Para esboçar a relação existente entre o nível de *compliance* e as cinco características dos bancos, utilizou-se a regressão linear pelo método *OLS* (*Ordinary Least Squares*), conforme Tabela 6. No Painel A são reportadas as regressões que utilizam a variável dependente com a quantidade de itens atendidos e no Painel B, o percentual de itens atendidos em relação ao total de itens possíveis. Em tese, o Painel B possui, qualitativamente, os mesmos resultados encontrados no Painel A, porém com uma escala percentual. Na análise sobre o sinal do coeficiente das variáveis, verificou-se que grande parte delas obtiveram sinal positivo, ou seja, o esperado.

Os resultados apontaram que o tamanho dos bancos é fator explicativo nos níveis de *compliance* A, B e C, uma vez que os coeficientes se mostraram estatisticamente significantes. Entretanto a variável “tamanho” não apresentou coeficiente significativo com o nível de *compliance* D, correspondente aos CPC que passaram a vigorar especificamente no ano de 2020. Assim, considerando que para

os níveis de *compliance* A, B e C, a variável “tamanho” foi significativa a 1% e positiva, não se rejeita a **H1**, por outro lado, não se pode afirmar que a mesma seja aceitável para o nível de *compliance* D, que teve coeficiente negativo.

Os coeficientes da variável “ROA” dos bancos da amostra não se mostraram, na sua maioria, estatisticamente significantes nos níveis de *compliance* analisados. Embora o coeficiente tenha sido significativo para o nível de *compliance* C, este apresentou sinal negativo. Esses resultados contrariam os achados de García-Sánchez e Noguera-Gámez (2017) que mostraram que as empresas mais rentáveis praticam *disclosure* acentuado das informações, o que não permite a aceitação da **H2** da presente pesquisa para os níveis de *compliance* A, B, C e D.

Notadamente para a variável “alavancagem”, o cenário do painel apresentou coeficientes estatisticamente significantes e positivos para os quatro níveis de *compliance*, demonstrando que essa variável teve um efeito sobre as variáveis dependentes nível de *compliance* A, B, e C, com no mínimo com 99% de confiança, e sobre o nível de *compliance* D, com no mínimo com 90% de confiança. Ou seja, qualquer elevação no parâmetro da variável “alavancagem”, em média, provoca um aumento nos níveis de *compliance* dos bancos, logo a **H3** foi confirmada pela presente pesquisa.

A variável “ADR” verificou o fato de os bancos possuírem cotação de títulos de dívidas no mercado internacional influencia o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS. E nesse caso, os resultados da Tabela 6 apontam que os níveis de *compliance* A, B e D são influenciados positivamente a 5%, 1% e 1%, respectivamente, pela variável “ADR”. Entretanto, a mesma variável não apresentou



coeficiente estatisticamente significativo para o nível de *compliance* C, relativo aos CPC que passaram a vigorar nos últimos quatro anos. Dessa maneira, foram identificados fatores que suportam a aceitação da **H4**, para os níveis de *compliance* A, B e D, porém não se pode dizer o mesmo para o nível de *compliance* C da pesquisa.

Por fim, a **H5** é rejeitada para os indicadores de *compliance* A e B e não é rejeitada, ao nível de 1%, para os indicadores de *compliance* C e D. Isto aponta que há uma certa tendência de os bancos inseridos nos maiores níveis de governança corporativa cumprirem os itens de divulgação dos CPC publicados mais recentemente, dos que os CPC que estão há mais tempo em vigor no Sistema Financeiro Nacional.

**TABELA 6: PAINÉIS DE RESULTADOS OLS**

<b>PAINEL A</b>				
	Compl. A	Compl. B	Compl. C	Compl. D
Tamanho (h1)	1.14***	0.32***	0.54***	-0.11
ROA (h2)	7.67	-10.2	-41.4***	-21.66
Alavancagem (h3)	17.3***	5.79***	9.81***	6.45*
ADR (h4)	2.17**	2.66***	-0.45	2.51***
Governança (h5)	0.74	-0.31	2.54***	3.56***
Constante	-23.8***	-6.63**	-9.56*	2.41
Obs.	189	154	82	23
VIF médio	1,79	1,82	1,61	1,48
R2	28%	29%	29%	75%

  

<b>PAINEL B</b>				
	% Compl. A	% Compl. B	% Compl. C	% Compl. D
Tamanho (h1)	0.042***	0.018***	0.036***	-0.019
ROA (h2)	0.28	-0.56	-2.76***	-3.61
Alavancagem (h3)	0.64***	0.32***	0.65***	1.07*
ADR (h4)	0.080**	0.15***	-0.03	0.42***
Governança (h5)	0.027	-0.017	0.17***	0.59***
Constante	-0.88***	-0.37**	-0.64*	0.40
Obs.	189	154	82	23
VIF médio	1,79	1,82	1,61	1,48
R2	28%	29%	29%	75%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*\*\*, \*\* e \* indicam que a correlação é significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

A Tabela 7 cujos resultados foram estimados via *probit* reporta uma modelagem alternativa, considerando como variável explicada um *dummy* que recebe valor 1 caso o banco esteja no último quartil da distribuição da variável nível de *compliance*. Nesta análise é possível perceber que os resultados são robustos qualitativamente, ou seja, os valores que são significativos acompanham os resultados principais do modelo de *OLS*. Com exceção da *dummy* de ADR para o indicador de nível de *compliance* A, que tem efeito significativo a 10% e negativo no modelo *probit*, enquanto é positivo e significativo a 5% no modelo *OLS*.

**TABELA 7: PAINEL DE RESULTADOS *PROBIT***

Variáveis	Compl. A	Compl. B	Compl. C	Compl. D
Tamanho (h1)	0.84***	0.053	-0.025	0.35
ROA (h2)	15.2	-5.08	-39.4***	241.8*
Alavancagem (h3)	11.8***	1.24	-0.89	8.96*
ADR (h4)	-1.18*	1.49***	-0.38	omitted
Governança (h5)	0.17	-0.16	0.95**	2.45***
Constante	-25.25***	-2.93	-0.23	-12.86
Obs.	189	154	82	19
VIF médio	3,15	3,40	3,84	3,80
Pseudo-R2	41%	20%	18%	40%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*\*\*, \*\* e \* indicam que a correlação é significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

A Tabela 8 descreve os resultados de efeito marginal médio, ou seja, o efeito que o aumento de uma unidade das variáveis explicadas pode afetar a probabilidade de ocorrência da observação estar no quartil superior do nível de *compliance*. Desse modo, infere-se que a cada aumento de 1% no porte do banco, existe a probabilidade de aumento de 0,15% da instituição apresentar maior nível de *compliance* A, em média. Assim como, para a cada aumento de 1% na alavancagem do banco também

existe a probabilidade de aumento de 0,30% da instituição apresentar maior nível de *compliance* B.

**TABELA 8: PAINEL DE RESULTADOS *PROBIT* – EFEITO MARGINAL MÉDIO**

	Compl. A - dydx	Compl. B - dydx	Compl. C - dydx	Compl. D - dydx
Tamanho (h1)	0.15***	0.012	-0.007	0.068
ROA (h2)	2.71	-1.24	-11.3***	46.4**
Alavancagem (h3)	2.10***	0.30	-0.25	1.72
ADR (h4)	-0.21*	0.36***	-0.11	<i>omitted</i>
Governança (h5)	0.030	-0.04	0.27***	0.47***

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*\*\*, \*\* e \* indicam que a correlação é significativa aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Um ponto a ser destacado no presente trabalho foi que a proposta inicial era testar uma sexta hipótese no mesmo contexto das demais, porém com a variável independente “Auditoria Big 4”. No entanto, os dados encontrados das empresas analisadas apontaram que essa variável *dummy* (1 para os bancos auditados por Big 4 e 0, o contrário), praticamente não apresentou variabilidade, ou seja, menos de 5% da amostra não era auditada por empresa Big 4. Considerando que esse fenômeno poderia resultar em testes pouco confiáveis, a característica dos bancos “Auditoria Big 4” não foi considerada relevante para ser verificado como uma hipótese de pesquisa.

Assim, com base nas estimações descritas, a Figura 5 apresenta o seguinte cenário de aceitação / rejeição das hipóteses da pesquisa:

	Nível de <i>compliance</i> A (2010-2020)	Nível de <i>compliance</i> B (2012-2020)	Nível de <i>compliance</i> C (2017-2020)	Nível de <i>compliance</i> D (2020)
<b>H1:</b> O tamanho dos bancos influencia positivamente o nível de <i>compliance</i> na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.	ACEITA	ACEITA	ACEITA	REJEITA
<b>H2:</b> A rentabilidade dos bancos influencia positivamente o nível de <i>compliance</i> na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.	REJEITA	REJEITA	REJEITA	REJEITA
<b>H3:</b> A alavancagem financeira dos bancos influencia positivamente o nível de <i>compliance</i> na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.	ACEITA	ACEITA	ACEITA	ACEITA
<b>H4:</b> A listagem internacional dos bancos influencia positivamente o nível de <i>compliance</i> na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.	ACEITA	ACEITA	REJEITA	ACEITA
<b>H5:</b> A classificação dos bancos nos segmentos especiais de governança corporativa da B3 influencia positivamente o nível de <i>compliance</i> na divulgação das informações requeridas pelos IFRS.	REJEITA	REJEITA	ACEITA	ACEITA

Figura 5: Estimação final das hipóteses  
Fonte: Dados da pesquisa

## 4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em um primeiro momento a Tabela 2 do presente estudo revelou que o nível de cumprimento com a divulgação exigida pelos CPC teve uma variação de 6% (CPC 23) a 66% (CPC 3), com uma média geral de apenas 32%. Este baixo resultado corrobora com o estudo de Machado (2020) que afirma que, mesmo que um país declare estar utilizando o IFRS, não se tem garantia que sua aplicação seja

plenamente aderente à norma original ou que as empresas estejam em total conformidade com as exigências de divulgação requeridas tanto pelo IFRS quanto pelos reguladores locais.

Adicionalmente, o banco com o maior nível de cumprimento no geral, ou seja, sob a perspectiva dos 12 CPC estudados, alcançou um índice de 66% e o banco com menor nível foi de aproximadamente 9% como um todo. Esse cenário nos leva a crer que, muito embora haja uma tentativa de uniformizar as práticas contábeis por parte dos órgãos reguladores brasileiros, ainda há um alto grau de discricionariedade dos gestores bancários no cumprimento dessas normas. Tal conclusão é prejudicada em razão de tais agentes estarem sujeitos a um padrão prioritário, estabelecido pelo Banco Central brasileiro, que não é totalmente equivalente aos IFRS normatizados pelos CPC. Segundo Lourenço e Branco (2015), como os IFRS possuem opções e demandam julgamentos, é inevitável que se observem descumprimentos na forma como são divulgadas. Para eles, esse uso indevido de juízo de valores está associado às características das organizações.

Nessa seara, a presente dissertação procurou responder a cinco hipóteses de pesquisa. Conforme o resultado da regressão apresentado na Tabela 6, percebeu-se que as relações da variável “tamanho” com o nível de *compliance* A (2010-2020), B (2012-2020) e C (2017-2020) são significantes a um grau de confiança de 99%. Já para o nível de *compliance* D (2020), a relação apresentou coeficiente negativo, ou seja, para os CPC com data mais antiga de implementação a **H1** foi aceita.

Esses resultados indicam que, apesar da relação da variável “tamanho” com a variável dependente não tenha ocorrido de maneira “uniforme” no período longitudinal

analisado, ela influenciou 3 dos 4 quatro níveis de *compliance* estudados, corroborando os achados de Kang e Gray (2011) de que o porte da instituição é uma das características mais determinantes para explicar a divulgação de informações.

Este fato é coerente, uma vez que grandes instituições, especialmente as financeiras, possuem uma maior preocupação com sua imagem, seu crescimento potencial e seus acionistas, o que acresce o cuidado com atendimento aos reguladores e à redução de assimetria informacional, fazendo com que se tenham, por vezes, várias pessoas e departamentos com dedicação e expertise em divulgação das informações.

Também de acordo com a Tabela 5, onde as variáveis “tamanho” e “governança” mostraram correlações significativas entre si com 99% de confiança, depreende-se que os grandes bancos analisados sejam capazes de implementar, por exemplo, políticas de governança corporativa com efetivos aprimoramentos de controles internos. E como consequência, eles teriam maior capacidade de atender às boas práticas de divulgação e também desenvolver manuais de procedimentos de controles internos, em prol do fiel cumprimento não só das normas nacionais como das internacionais.

Continuamente, a segunda hipótese de pesquisa é “a rentabilidade dos bancos influencia positivamente o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS”, porém os resultados da presente pesquisa, no geral, não suportaram essa afirmação, corroborando os achados de Macagnan (2009) de que a rentabilidade é um dos fatores das empresas que menos explicam a extensão de divulgação das informações.

Em paralelo, os resultados da Tabela 3 anterior também evidenciaram uma média negativa na rentabilidade dos bancos da amostra, o que pode ter levado essa característica a apresentar tal comportamento em relação aos níveis de *compliance*. Infere-se que um dos motivos possa estar associado à questão de essas empresas estarem incorrendo em mais custos de adaptação às novas normas, por exemplo gastos com novos sistemas e com treinamento para os seus empregados, reduzindo seus resultados, porém sem grandes reflexos nos cumprimentos das normas. Como gastos de implantação, de uma forma geral, estão atrelados ao momento da adesão inicial, seria interessante se futuras pesquisas observassem a manutenção de tal efeito sobre a rentabilidade uma vez que essa fase tenha sido ultrapassada.

Tal quadro apresentado indica que mesmo com a preocupação de continuidade das instituições financeiras em relação à sua rentabilidade, isso não repercute no modo como elas cumprem com as divulgações a nível IFRS. Esse cenário é estendido também ao nível competitivo, isto pois, quanto maior é o nível de rentabilidade e *compliance* nas divulgações, melhor a imagem da empresa perante os seus acionistas e demais *stakeholders*.

Por sua vez, os resultados apontaram que a alavancagem financeira dos bancos estudados influencia o nível de *compliance* na divulgação das informações requeridas pelos IFRS, em consonância com os estudos de Kang e Gray (2011). De acordo com o grau de significância e o sinal encontrados nos coeficientes da Tabela 6, esta foi a única variável aceita em todos os períodos de divulgação analisados.

Para Tristão e Sonza (2021), as empresas listadas na B3 conseguiram maior alavancagem de mercado após o advento dos IFRS, devido à transparência mais

acentuada das informações e, por conseguinte, redução na percepção de risco por parte dos investidores, levando-as a terem acesso de capital a custos mais baixos. Segundo Nakao, Oliveira e Nardi (2017), o acesso ao capital ficaria menos custoso porque informações de maior qualidade nos relatórios da empresa levaria a uma redução da assimetria informacional, uma vez que o aumento da transparência reduz o nível de incerteza, permitindo melhor gestão dos fatores de risco e consequente redução dos custos de captação.

No cenário do setor bancário, essa operacionalização em alavancagem é considerada usual e, em contrapartida, por possuir o papel intermediador entre os agentes econômicos e operar com recursos de terceiros, a cobrança por maior adequação desse setor tende a ser mais acentuada. Ou seja, responsabilidade, transparência e eficiência são esperadas das instituições financeiras alavancadas, estimulando, dessa maneira, a busca por conformidade nas suas divulgações de acordo com as regulações vigentes.

Outra variável estudada na presente pesquisa, listagem internacional, obteve na escala longitudinal 2010-2020 relações significativas com quase todas as variáveis “nível de *compliance*”, à exceção do nível C (2017-2020), conforme evidenciado na Tabela 6. Tais resultados, quando analisados como um todo, apontam que essa característica, assim como a variável “tamanho”, influenciou 3 dos 4 níveis de conformidade apurados.

Da mesma forma, a Tabela 6 revelou que, em 9 CPC dos 12 estudados foram encontradas relações significativas e positivas com a variável ADR. Este fato pode estar atribuído, essencialmente, à maior expertise e cobrança por parte dos



*stakeholders* para com os bancos que possuem listagem internacional, o que os levam a terem experiência e conhecimento prévio com as normas IFRS em relação ao período de implementação pelos órgãos reguladores brasileiros. Diante de tal contexto, a baixa supervisão/penalização no Brasil da não observância dos requerimentos pode indicar a razão desse cenário. A CVM, por sua vez, por se considerar como segundo nível de supervisão perante o BACEN, pode não estar sendo tão diligente quanto deveria.

Assim entende-se que esses bancos acabam se tornando objeto de interesse de investidores internacionais de diferentes perfis, impondo-os à maior *disclosure* e adaptação nas suas divulgações com as normas vigentes. Costa, Goldner e Galdi (2007) atestam que o nível de divulgação dos bancos emissores de ADR é mais elevado dos que para aqueles que não emitem, o que ficou demonstrado pela relação significativa e positiva da listagem internacional com o nível de *compliance* da presente pesquisa.

Por fim identificou-se que a variável independente “governança” pode ter tido seu comportamento associado à questão do tempo no contexto dos bancos da amostra. Conforme os coeficientes evidenciados na Tabela 6, essa variável obteve relações significativas, a 99% de confiança, com os níveis de *compliance* C (2017/2020) e D (2020) e nenhuma significância com os níveis A (2010-2020) e B (2012-2020).

Os resultados indicam que os CPC implementados mais recentemente possuem maior influência da governança corporativa nos bancos estudados. Tal fato pode ser analisado por dois fundamentos: (i) em razão de o BACEN priorizar sua

norma específica e não exigir conformidade equivalente aos IFRS levou os bancos a se acomodarem com relação às normas estabelecidas há mais tempo. Em um primeiro momento, por acreditarem que atender ao BACEN era mais importante e depois, o simples fato da ausência de penalidade pode ter sido decisiva para essa não conformidade e (ii) as normas aprovadas mais recentemente são as que afetam de forma material os negócios bancários e com forte tendência de serem recepcionados a curto/médio prazo pelo BACEN. Desta forma, a conformidade com tais pronunciamentos representaria uma questão estratégica para os bancos.

## Capítulo 5

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo foi investigar quais características influenciam o grau de conformidade aos itens de divulgação requeridos nas demonstrações financeiras elaboradas no padrão IFRS das instituições financeiras brasileiras listadas na B3, desde o seu primeiro ano de adoção plena, em 2010, até o ano de 2020. Foram verificados 66 itens requeridos por 12 dos 13 CPC recepcionados pelo BACEN de 26 bancos constituídos sob a forma de capital aberto.

Inicialmente constatou-se que o nível geral de conformidade dessas entidades foi de apenas 32% no referido período, revelando que existe um caminho a ser percorrido pelas instituições financeiras no que tange à evidenciação obrigatória dos normativos IFRS. Esse cenário indica que a estratégia das instituições reguladoras de aumentar o número de requisitos de divulgação nesses regulamentos, visando estimular uma maior transparência ao mercado, não se demonstra necessariamente eficiente, uma vez que os bancos tenderiam a reagir, de forma a compensar esse elevado número de requisitos, ignorando alguns deles. Os resultados sugerem uma reflexão dos órgãos reguladores e normatizadores acerca de medidas punitivas mais rigorosas aos bancos e de mudanças no contexto institucional de fiscalização do mercado financeiro, de modo a municiar os usuários da informação dessas empresas no processo de tomada de decisão.

Apesar do baixo índice de conformidade com a divulgação requerida pelas normas IFRS revelado neste estudo, foi possível encontrar associações significativas e positivas entre o nível de *compliance* dos bancos listados na B3 com as suas

características. Os achados demonstraram que o tamanho e a listagem internacional das empresas influenciaram, em média, 75% dos 4 níveis de *compliance* que foram construídos especificamente para essa pesquisa. Os resultados também apontaram que a variável “alavancagem” mostrou uma relação positiva e significativa com todos os níveis de conformidade na divulgação requerida pelos 12 CPC analisados, indicando que essa característica é a mais representativa no segmento bancário em termos de *disclosure*. Infere-se que a estratégia da política de captação de recursos adotada por desses bancos de se alavancar no mercado repercute positivamente na divulgação das informações exigidas pelos Normas Internacionais de Contabilidade. Por outro lado, verificou-se que a rentabilidade dessas empresas não apresentou influência sobre o nível de *compliance*, enquanto que a listagem em um dos segmentos especiais de governança corporativa influenciou metade dos níveis de conformidade no período em questão.

Como uma característica dos trabalhos científicos, esta pesquisa não ficou isenta de limitação como, por exemplo, o tamanho da amostra composta somente pelos bancos listados na B3. Na medida em que os bancos que não são caracterizados como sociedade anônima, esses não possuem o mesmo grau de observância exigido no padrão IFRS, dado que o BACEN, regulador do setor, ainda não recepcionou todos os critérios de divulgação requerido pelas normas internacionais. E, como tais bancos estão fora do escopo de supervisão da CVM, não existe compensação no nível de exigência por um segundo regulador.

Apesar da limitação, espera-se que a presente pesquisa seja fonte de entendimento e discussão sobre o comportamento das características dos bancos de capital aberto no cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade, cujo

processo de convergência, no Brasil, ocorreu de forma diferenciada para o setor bancário.

Em relação às características “tamanho” e “alavancagem”, o seu estudo pode despertar interesse, uma vez que o segmento bancário ao conceder crédito, aumenta a capacidade de consumo do indivíduo/empresa, influenciando o mercado como um todo. Teoricamente, as instituições financeiras de grande porte e mais alavancadas possuem maior capacidade de financiamento que as demais, aumentando a magnitude de tal impacto. E esse potencial é um dos fatores que ajuda a explicar por que o segmento bancário é um dos mais regulados no mundo inteiro.

Igualmente o comportamento encontrado na característica “governança corporativa” na presente pesquisa, pois ao estarem listados nos maiores níveis de governança da B3 (Novo Mercado, N1 e N2), esses bancos naturalmente acabam tendo um maior grau de *disclosure* das suas informações. Não porque as normas IFRS exigem, mas a própria participação nos níveis mais elevados já contempla um grau maior de diligência por parte dos órgãos, reforçando o papel que esse tipo de iniciativa do mercado possui na disseminação de boas práticas de transparência.

Por fim, como sugestões de estudos futuros recomendam-se: (i) o uso de outras características que poderiam explicar o nível de conformidade desses bancos ou (ii) a investigação mais profunda sobre possíveis razões que justifiquem a não conformidade das empresas analisadas.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, M., Ferreira, C., Barata, L. & Escária, V. (2007). *Economia Monetária e Financeira*. Portugal: Escolar Editora.
- Albanez, T. & Valle M. R. (2009). Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras abertas. 2009. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51).
- Aly, D., Simon, J. & Hussainey, K. (2010). Determinants of corporate internet reporting: evidence from Egypt. *Managerial Auditing Journal*, 25 (2), 182-202.
- Almeida, D. L. (2010). *Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Alves, G. G. A. & Macedo, M. A. S. (2020, julho). Tempestividade, relevância e persistência dos lucros para instituições financeiras no Brasil: uma análise comparativa entre os padrões COSIF-BACEN e CPC-CVM para o período de 2010 a 2018. *XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil.
- Archambaut, J. J. & Archambaut, M. E. (2003). A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, 38 (2), 173-194.
- Banco Central do Brasil – BACEN. (2020). *Convergência das normas contábeis do SFN às normas internacionais*. Recuperado em 24 janeiro, 2021, de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/convergencianormasinternacionais>
- Banco Central do Brasil – BACEN (2009). *Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020*. Recuperado em 08 fevereiro, 2021, de [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/51051/Res\\_4818\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/51051/Res_4818_v1_O.pdf)
- Biaggi, M. L. S., Medvid, M & Assis, C. M. C. (2017, agosto). Fator de inflação da variância e regressões auxiliares para diagnóstico do problema de multicolinearidade nos modelos de regressão. *XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.
- Boujelben, S. & Fakhfakh, S. K. (2020). Compliance with IFRS 15 mandatory disclosures: a exploratory study in telecom and construction sectors. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(4), 707-728.
- Braga, E. C. & Nascimento, J. F. & Santos, M. I. C. (2020, setembro). Value relevance: análise dos efeitos da adoção da IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes. *10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*, Florianópolis, SC, Brasil.

- Burgwal, D. V. & Vieira, R. J. (2014). Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(64), 60-78.
- Carvalho, G. R. (2019). *O efeito da adoção das IFRS na rentabilidade de empresas do setor de utilidade pública listadas no novo mercado da B3*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Corrar, L.; Paulo, E. & Filho, J. D. (2007). *Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Correa, A. A. & Szuster, N. (2013). BR GAAP x IFRS: Divergências das demonstrações contábeis nas instituições financeiras. *Pensar Contábil*, 15(58).
- Costa, F. M.; Goldner, F. & Galdi, F. C. (2007, julho). Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros. *VII Congresso USP de Contabilidade e Controladoria*, São Paulo, SP, Brasil.
- Cunha, E. S., Dantas, J. A. & Medeiros, O. R. (2016). Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: qual é mais conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(3), 301-307.
- Daneberg, T. F. & Decourt, R. F. (2021). Impactos da adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(46), 80-96.
- Daske, H., & Gebhardt, G. (2006). International Financial Reporting Standards and experts' perceptions of disclosure quality. *Abacus*, 42(3/4), 461-498.
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2013). Adopting a label: heterogeneity in the consequences of IFRS adoptions. *Journal of Accounting Research*, 51(3), 495-547.
- Debreceeny, R., Gray, G. & Rahaman, A. (2002). The determinants of internet financial reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21(5), 371-394.
- Devalle, A., Rizzato, F. & Busso, D. (2016). Disclosure indexes and compliance with mandatory disclosure —t he case of intangible assets in the Italian market. *Advances in Accounting*, 35, 8-25, DOI: 10.1016/j.adiac.2016.04.003
- Faria, J. B., Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C. & Luca, M. M. M. (2014). Impactos na adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBovespa. *Revista Universo Contábil*, 10(2), 63-83, DOI:10.4270/ruc.2014212

- Fávero, L., Belfiore, P., Takamatsu, R., & Suzart, J. (2014). *Métodos quantitativos com Stata*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, M. N. (2016). *Impairment e PCLD: análise da convergência entre a IFRS 9 e Resolução 2.682/99 como argumento para pleitear, junto ao Banco Central do Brasil, um ajuste na norma*. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.
- Figueiredo, J. N. (2019). Adoção das Normas Internacionais de relatórios financeiros e qualidade da informação: evidências do Brasil. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 30(1), 5-29.
- Filho, A. E. C. (2017). Incerteza e atividade econômica no Brasil. *Economia Aplicada*, 18(3).
- Freire, M. C. M., Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S. & Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22. DOI: 10.11606/rco.v6i15.52654
- Fuentes, M. R. (2017, novembro). IFRS 9: principais tendências do setor em riscos e integração na gestão. *7º Congresso Internacional de Gestão de Riscos*, São Paulo, SP, Brasil.
- García-Sánchez, I. M., & Noguera-Gámez, L. (2017). Integrated information and the cost of capital. *International Business Review*, 26(5), 959-975.
- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L. & Vogel, S. (2013). Conformidade com as divulgações exigidas pelo IFRS 3 e pelo IAS 36 em 17 países europeus: determinantes em nível de empresa e país. *Contabilidade & Pesquisa de Negócios*, 43(3), 163-204.
- Góis, A. D., Sousa, N. A., Lima, G. A. S. F. & Malacrida, M. J. C. (2017). The effect of national culture on the relationship between IFRS adoption and cost of equity capital. *International Accounting Section Midyear Meeting*, 23, Tampa, FL, Estados Unidos.
- Goulart, A. M. C. & Carvalho, N. (2009). Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 7(1).
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L. & Craig, R. (2008). The preparedness of companies to adopt international financial reporting standards: portuguese evidence. *Accounting Forum*, 32(1), 75-88.



- Gunther, G. (2011). Mandatory IFRS adoption and accounting quality of european banks. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38, 289-333, DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5957.2011.02242.x>
- Hair Jr., J. F.; Babin, B.; Money, A. H. & Samouel P. (2005). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Bookman.
- Houqe, N. (2018). Uma revisão do debate atual sobre os determinantes e consequências da adoção obrigatória das IFRS. *International Journal of Accounting & Information Management*, 26(3), 413-442., DOI: <https://doi.org/10.1108/IJAIM-03-2017-0034>
- Hodgdon C., Tondkar, R. H., Harless, D. W., & Adhikari, A. (2008). Compliance with IFRS disclosure requirements and individual analysts forecast errors. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 17(1), 1-13.
- Johnson, G. G; Wu, Z. & Varnon, A. (2017). Investment decision risk analysis: preliminary evidence of the impact of accounting rules' convergence. *International Journal of Business, Accounting and Finance*, 11(2).
- Juhmani, O. (2017), Corporate governance and the level of Bahraini corporate compliance with IFRS disclosure. *Journal of Applied Accounting Research*, 18(1), 22-41.
- Junior, I. C., Putrick, S. C., Sepulveda, L. & Dendasck, C. V. (2018). As Normas Internacionais de Contabilidade: em busca por harmonização nos fluxos econômicos globais. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2(4), 124-143.
- Kang, H. H. & Gray, S. J. (2011). Reporting intangibles assets: voluntary disclosure practices of top emerging market companies. *The International Journal of Accounting*, 46, 402-423.
- Klann, R. C., Ppopik, F., Kreuzberg, F. & Salla, N. G. (2014). Fatores relacionados à divulgação de ativos intangíveis após a adoção das IFRS por empresas do IGC da BM&Bovespa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(38), 37-51. DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n38p37-51>
- Leuz, C. & Verrecchia, R. E. (2000). The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, 38, 91-124.
- Lima, V. S., Lima, G. A. S. F., Lima, I. S., & Carvalho, L. N. G. (2010). Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. Working Paper. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Natal, RN, Brasil.

- Lima, S. L. L. , Araújo, M. P. & Murcia, F. D. R. (2021). Fatores determinantes da probabilidade de divulgação voluntária de informações financeiras das empresas. *Revista de Evidenciação Contábil & Finanças*, 9(1), 44-62, DOI: 10.22478/ufpb.2318-1001.2021v9n1.51107
- Lourenço, I. C. & Branco, M. C. (2015). A governança corporativa e o efeito da adoção das IFRS: o caso brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 157-172, DOI:10.4270/ruc.2015108
- Lourenço, I. C. & Branco, M. C. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 126-139.
- Macagnan, C. B. (2009). Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo*, 20(50), 46-61.
- Machado, C. C. (2020). *Determinantes do cumprimento da divulgação da IFRS3 – Combinação de Negócios, o caso da África do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.
- Maia, H.; Formigoni, H. & Silva, A. (2012). Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 14(44), 335-352.
- Marques, M. T. (2018). *IFRS x Bacen-GAAP: value relevance das informações contábeis das instituições financeiras do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Mnif, Y. & Znazen, O. (2020). Governança corporativa e conformidade com o IFRS 7: o caso das instituições financeiras listadas no Canadá. *Managerial Auditing Journal*, 35(3), 448-474, DOI: <https://doi.org/10.1108/MAJ-08-2018-1969>
- Miragem, B. (2019). *Direito bancário* (3a ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Murcia, F. D. R. (2008). Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UNB Contábil*, 11(2), 260-278.
- Nabarro, W. W. (2016). *O mercado de capitais no território brasileiro: ascensão da BM&FBovespa e a centralidade financeira de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Nakao, S. H., Oliveira, N. C. & Nardi, P. C. C. (2017). Análise da influência das firmas de auditoria na divulgação de informações em notas explicativas. *Revista Base da UNISINOS*, 14(2).

- Niyama, J. K., & Gomes, A. L. O. (2012). *Contabilidade de instituições financeiras*. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, A. S. F. (2020). *IFRS 16: A divulgação no primeiro ano de aplicação nas empresas do PSI20*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Oumaima, Z. (2020). Corporate governance and compliance with IFRS 7: the case of financial institutions listed in Canada. *Managerial Auditing Journal*, 35(3), 448-474, DOI: 10.1108/MAJ-08-2018-1969
- Palmer, P. (2008). Disclosure of the impacts of adopting australian equivalents of International Financial Reporting Standards. *Accounting & Finance*, 48(5), 847-870.
- Petre, S. & Albu, N. (2020) Investigating IFRS compliance in transitioning countries: a qualitative study. *Journal of Accounting and & Management Information Systems*, 19(5), 89-112, DOI: <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2020.01004>
- Pohlmann, M. C. & Alves, F. J. S. (2004). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Ponte, V. M. R., Luca, M. M. M., Oliveira, M. C. & Aquino, L. D. P. (2013, julho). Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. *XIII Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil.
- Popova, T., Georgakopoulos, G., Sotiropoulos, I. & Vasileiou, K. Z. (2013). Mandatory disclosure and its impact on the company value. *International Business Research*, 6(5), 1–17.
- Queiroz, J. N. (2020). *Análise da evidenciação e divulgação das subvenções governamentais em empresas brasileiras listadas na B3*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Riva, E. D. (2013). *Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de crédito*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Rosa, R. C. & Tiras, S. L. (2013). Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. *Brazilian Business Review*, 10(4), 141-156, DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.6>
- Rutschka, S. (2019). *Imapcto do edital 60/2018 sobre PECLD nas instituições financeiras no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Samaha, K. & Khelif, H. (2016). Compliance with IAS/IFRS and its determinants: a meta-analysis. *Journal of Accounting – Business & Management*, 23 (1), 41-63.
- Sampaio, J., Gallucci, H., Silva, V. A. B. & Schiozer, R. F. (2020). Adoção obrigatória de IFRS, governança corporativa e valor da firma. *Revista de Administração de Empresas, FGV-EASP*, 60(4), 284-298, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200405B>
- Santos, E. S. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores Explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 161-176, DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200006>
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R. , Mapuranga, P. V. R. & Ribeiro, M. S. (2014). Disclosure versus materiality: compliance with the first-time IFRS adoption disclosure requirements (IFRS 1) versus impacts on brazilian firms' results. In: *The Annual Meeting of American Accounting Association*. Atlanta, EUA.
- Silva Filho, E. D.; Nossa, S. N.; Brugni, T. V. & Beiruth, A. X. (2020). A adição das normas internacionais de contabilidade e os investimentos estrangeiros no mercado brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 142-153.
- Silva, C. B. A., Madeira, G. J. & Assis, J. L. F. (2004). Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade Brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(01), 115-139.
- Sousa, N. A. (2017). *Análise da relevância do valor justo dos derivativos nas instituições financeiras após a adoção do IFRS*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Sousa, R. L. S. & Santos, O. M. (2017). Nível de evidenciação das instituições financeiras à luz das exigências do CPC 40 – Instrumentos financeiros. *Contexto*, 17(35), 105-122.
- Street, D. L., & Gray, S. J. (2002). Factors influencing the extent of corporate compliance with International Accounting Standards: summary of a research monograph. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 11(1), 51-76, DOI: [https://doi.org/10.1016/S1061-9518\(02\)00054-X](https://doi.org/10.1016/S1061-9518(02)00054-X)
- Tavares, M. F. N. & Boente, D. R. & Paulo, E. (2013). Valor justo: um estudo sobre a aplicação retrospectiva da IFRS 13 no setor bancário no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3).
- Toledo, A. T. (2014). The Central Bank's role in consumer protection: a viable model for Brazil. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, 1(3), 35-84.

- Tristão, P. A., & Sonza, I. B. (2021). Incremento na alavancagem impulsionado pela adoção do padrão internacional contábil. *Revista De Administração Contemporânea*, 25(4), e200157. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200157.en>
- Tsalavoutas, I., André, P. & Dionysiou, D. (2014). Worldwide application of IFRS 3, IAS38 and IAS 36, related disclosures, and determinants of non-compliance. *Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) Research Report*, 134, 1-72.
- Verriest, A., Gaeremynck, A., & Thornton, D. B. (2013). The impact of corporate governance on IFRS adoption choices. *European Accounting Review*, 22(1), 39-77, DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2011.644699>
- Yorsa, M. & Hela, B. (2020). The association between corporate governance mechanisms and compliance with IFRS mandatory disclosure requirements: evidence from 12 African countries. *The International Journal of Effective Board Performance*, 20(7), 1371-1392, DOI: 10.1108/CG-08-2019-0270
- Wang, K. & Claiborne, M. (2008). Determinants and consequences of voluntary disclosure in an emerging market: evidence from China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 17(1), 14–30.
- Weffort, E. F. J. (2005). *O Brasil e a harmonização contábil internacional*. São Paulo: Atlas.

## APÊNDICE A – CHECK-LIST DE DIVULGAÇÃO REQUERIDA POR CPC

CPC	Item	Evidenciações
01	1	Mencionou ou não a contabilização de qualquer perda por <i>impairment</i> ?
01	2	Divulgou se o valor da perda/reversão é relativo a uma unidade geradora de caixa ou um ativo individual?
01	3	Divulgou as classes principais de ativos afetados por perdas ou reversões relativas a desvalorizações?
01	4	Divulgou os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização?
01	5	O valor total da perda/reversão reconhecida no resultado e/ou patrimônio líquido?
01	6	Em caso de desvalorização dos ativos, divulgou se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso?
01	7	Divulgou caso o valor recuperável tenha sido o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda), a base usada para sua determinação?
01	8	Se o valor recuperável for o valor em uso, divulgou a(s) taxa (s) de desconto usada(s) na estimativa atual e na estimativa anterior?
01	9	Divulgou a natureza do ativo, caso a desvalorização tenha sido aplicada a um ativo individual?
01	10	Caso a desvalorização tenha sido aplicada a uma UGC, divulgou a descrição da UGC?
01	11	Divulgou o valor da perda/reversão por desvalorizações reconhecidas no resultado durante o período por classe de ativo (aplicável a UGC)?
01	12	Divulgou a(s) linha(s) da demonstração do resultado na(s) qual(is) essas perdas por desvalorizações foram incluídas ou revertidas?
01	13	Divulgou a base sobre a qual o valor recuperável das UGC's foi determinada (valor em uso ou valor líquido de venda)?
01	14	Divulgou as premissas utilizadas pela administração para determinação do valor recuperável (se valor em uso), tais como: taxas de crescimento, taxa de desconto, período de projeção, etc.?
02	15	Divulgou qual a moeda funcional e moeda de apresentação?
02	16	Divulgou as variações cambiais líquidas classificadas em conta específica de patrimônio líquido?
02	17	Divulgou a conciliação do montante de variações cambiais líquidas em contas de patrimônio líquido no começo e no final do período?
02	18	Divulgou quando a moeda de apresentação das demonstrações contábeis for diferente da moeda funcional e a razão para utilização de uma moeda de apresentação diferente?
03	19	Divulgou a composição dos componentes de caixa e equivalentes de caixa?
03	20	Divulgou a política que adota na determinação da composição do caixa e equivalentes de caixa?
04	21	Divulgou o prazo e os métodos utilizados para amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida?
04	22	Divulgou a conciliação entre o valor contábil no início e no final do período com nível de abertura adequado?
04	23	Divulgou a relação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação?
04	24	Divulgou os gastos de P&D reconhecidos no resultado no período?
05	25	Divulgou o relacionamento com todas as suas controladas e coligadas?

05	26	Divulgou a remuneração do pessoal chave da administração segregada nos seguintes itens: benefícios de curto prazo, benefícios pós emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão do contrato de trabalho e remuneração baseada em ações?
05	27	Divulgou separadamente os saldos e transações detalhados por categoria de partes relacionadas (ex: controladas, coligadas, joint ventures, pessoal chave da administração e outras partes relacionadas)?
10	28	Descreveu os tipos de acordos para pagamento em ações e os períodos em que vigoraram?
10	29	Divulgou os termos de condição gerais de cada tipo de acordo, tais como: condições de aquisição, prazo máximo de outorga e forma de liquidação?
10	30	Divulgou a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ação?
10	31	Divulgou para as opções de ação exercidas durante o período, o preço médio ponderado das ações na data do exercício?
10	32	Divulgou para as opções em aberto ao final do período, o preço de exercício mínimo e máximo e a média ponderada do prazo contratual remanescente?
10	33	Divulgou informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender como foi determinado o valor justo dos produtos ou serviços?
10	34	Divulgou o total da despesa reconhecida no período decorrente de transações de pagamento baseadas em ações?
10	35	Divulgou os passivos decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações?
23	36	Divulgou a natureza de mudança na estimativa contábil que tenha efeito no período corrente ou se espera que tenha efeito em períodos subsequentes?
23	37	Divulgou o montante de mudança na estimativa contábil que tenha efeito no período corrente ou se espera que tenha efeito em períodos subsequentes?
23	38	Divulgou o fato de que montante do efeito de períodos subsequentes não foi evidenciado porque a estimativa do mesmo é impraticável?
23	39	Divulgou a natureza do erro de período anterior?
23	40	Divulgou o montante da retificação para cada período anterior apresentado?
23	41	Divulgou o montante da retificação no início do período anterior mais antigo apresentado?
23	42	Divulgou as circunstâncias que levaram à existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando o erro foi corrigido?
24	43	Divulgou a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização?
24	44	Divulgou a natureza do evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não originam ajustes?
24	45	Divulgou a estimativa de efeito financeiro desse evento ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita?
25	46	Divulgou para cada classe de provisão o valor contábil no início e no fim do período?
25	47	Divulgou para cada classe de provisão provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?
25	48	Divulgou para cada classe de provisão valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período?
25	49	Divulgou para cada classe de provisão valores não utilizados revertidos durante o período?
25	50	Divulgou para cada classe de provisão o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto?
25	51	Divulgou para cada classe de provisão uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes?

25	52	Divulgou para cada classe de provisão uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas?
25	53	Divulgou para cada classe de provisão o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?
27	54	Divulgou para cada classe de ativo imobilizado os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto?
27	55	Divulgou para cada classe de ativo imobilizado os métodos de depreciação utilizados?
27	56	Divulgou para cada classe de ativo imobilizado as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas?
27	57	Divulgou para cada classe de ativo imobilizado o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período?
27	58	Divulgou a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita?
27	59	Divulgou o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção?
27	60	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados?
41	61	Divulgou os valores usados como numeradores no cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos?
41	62	Divulgou o número médio ponderado de ações ordinárias usado como denominador no cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos?
41	63	Divulgou na face da Demonstração do Resultado, o resultado por ação para todos os períodos indicados nas demonstrações contábeis e para cada classe e espécie de ação (ação ordinária e preferencial e instrumentos conversíveis, entre outros, quando utilizados no cálculo do resultado por ação) com características específicas, mesmo que essas informações estejam divulgadas em nota explicativa própria?
46	64	Divulgou as técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações a valor justo de ativos e passivos?
46	65	Divulgou o efeito das mensurações a valor justo de ativos e passivos sobre o resultado do período ou outros resultados abrangentes para o período?
46	66	Divulgou para mensurações do valor justo recorrentes e não recorrentes, o nível da hierarquia de valor justo no qual as mensurações do valor justo sejam classificadas em sua totalidade (Nível 1, 2 ou 3)?

Fonte: CPC (2021)